

## INICIATIVA MAIS LIVRE

Banco do Nordeste pretende usar o MAIS RN como instrumento de planejamento; e Idema quer começar 2015 com novo sistema de licenciamento para empreendimentos que deve representar grande avanço para a economia potiguar e uma vitória sobre a burocracia, maior barreira a novos investimentos



# Desenvolvimento em parceria

BANCO DO NORDESTE, UM DOS PRINCIPAIS AGENTES FINANCIADORES EM ATUAÇÃO NO ESTADO, VAI USAR O MAIS RN COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO

## NJ: O QUE É O BANCO DO NORDESTE HOJE NO RIO GRANDE DO NORTE?

**FRANCISCO CARLOS CAVALCANTI:** Nós somos os responsáveis pela execução do programa do FNE (Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste). Temos anualmente aqui no Rio Grande do Norte algo em torno de R\$ 900 milhões para alocação desses recursos. Além do FNE, o banco atua com linhas do Finame, FNDES, FAT e também com linhas de recurso interno captado no mercado. As linhas são voltadas para todos os setores.

## QUAIS OS SETORES QUE MAIS DEMANDAM FINANCIAMENTOS NO ESTADO?

O setor de comércio e serviços tem demandado muitos recursos e nos últimos dois anos muita demanda também do segmento de turismo, especialmente no ano passado para equipamentos turísticos e acreditamos que tenha sido em função da copa do mundo. Para o setor industrial, a questão do cal e cimento no oeste também houve demanda significativa. No agronegócio a demanda é maior no programa de agricultura familiar (PRONAF).

## O SETOR EÓLICO TEM BUSCADO FINANCIAMENTO COM O BNB?

Estamos fora do segmento eólico. Não do todo, mas do financiamento em si da fazenda eólica, já que ainda não podemos fazer com recursos do FNE. Essas atividades serão feitas doravante com recursos do FNDES. No mais, toda e qualquer atividade podemos financiar.

## COMO SE DEFINEM OS VALORES DISPONÍVEIS PARA FINANCIAMENTO?

A gente faz um planejamento anual e reúne as entidades que representam os setores, a Federação da Agricultura, a Federação das Indústrias, Federação do Comércio, e nessas reuniões se estabelece qual será o montante que a gente imagina que será necessário para o ano vindouro. Para o ano vindouro a gente tem previsto R\$ 915 milhões. Nesse orçamento a maior fatia vai estar concentrada na área de comércio e serviços, cerca de 30% a 35%. Uma parcela de 20% vai para o setor industrial, algo em torno de 10 a 15% para o setor rural e o restante para os demais segmentos especialmente o turístico.

## O SETOR INDUSTRIAL TEM BUSCADO FINANCIAMENTOS, MESMO VIVENCIANDO UMA CRISE?

A indústria como um todo vem tendo uma queda grande, mas vejo muito a questão da falta do incentivo tributário. Enquanto você tem estados como Pernambuco, Paraíba, Ceará, que estão do nosso lado e continuam com um processo de incentivo fiscal muito forte e levam vantagem na atração de plantas industriais.

## COMO O BNB TEM LIDADO PARA REDUZIR A BUROCRACIA NA CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS?

As linhas de financiamentos têm sido menos burocráticas, mas temos que entender que, por ser com recursos públicos, existe um nível de exigência maior, respeitando o meio ambiente, estar em dia com todos os aspectos



NEY DOUGLAS / NJ

fiscais como dívidas trabalhistas. Se isto é burocracia é uma burocracia inerente às próprias linhas de financiamento. Agora, aquele tempo que se passava para análise de projeto a gente vem simplificando a cada ano. Somente para se ter uma ideia, hoje financiamentos até R\$ 3,4 milhões não se precisa mais de projeto, a gente trabalha com um sistema que simplifica e vem diminuindo a questão de demora.

## ANTES HAVIA EXIGÊNCIA?

Antes não apenas a exigência, mas também análise do projeto que demorava para fazer porque precisava ser de alguém que tivesse conhecimento. A própria análise do banco era mais demorada e hoje leva bem menos tempo

“

ESTAMOS COM CRISE SÉRIA NO SETOR DE PETRÓLEO QUE TEM TIRADO MUITOS INVESTIMENTOS DO OESTE, MAS A REGIÃO TEM SE SOBRESSAÍDO MUITO BEM MUDANDO A MONOATIVIDADE BUSCANDO FORÇA NA ATIVIDADE COMERCIAL E DE CIMENTO E DE CAL”

para fazer essa análise. Isto não está sendo problema na alocação de recursos.

## E AS TAXAS, ESTÃO MAIS COMPETITIVAS?

Se não é uma taxa de sonhos ainda é a mais barata de recurso a longo prazo. Estamos trabalhando com o FNE na taxa de 6% para máquinas e equipamentos e 7% ao ano para os demais investimentos, construção civil e outros. E para as demandas de agricultura familiar tem um subsídio maior com as taxas girando em torno de 3% e 5%. A carência pode ir até quatro anos, mas não significa que todos os projetos terão essa carência, vai depender do projeto, do que a atividade exige.

“

ESPERAMOS QUE O NOVO GOVERNANTE ABSORVA BEM O MAIS RN. EU NÃO VEJO OUTRO INSTRUMENTO DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS COMO O MAIS RN. NÓS FINANCIAMOS O DESENVOLVIMENTO E SEREMOS USUÁRIOS DESTE PROJETO”

CLÁUDIO OLIVEIRA  
DO NOVO JORNAL

O superintendente do Banco do Nordeste no Rio Grande do Norte, Francisco Carlos Cavalcanti, fala em entrevista como o banco está atuando no sentido de financiar o desenvolvimento no estado e revela que o estado está conseguindo se sobressair, mesmo com a crise na Indústria e no Comércio. O orçamento previsto anualmente para o estado chega a ser inferior ao que os investimentos pedem, contudo, ele explica que ainda poderia ser melhor e que o Programa MAIS RN se configura como importante instrumento de desenvolvimento econômico que será, inclusive, utilizado pelo Banco do Nordeste.

## O ORÇAMENTO DISPONÍVEL PARA FINANCIAMENTOS NO ESTADO TÊM EVOLUÍDO?

O orçamento tem evoluído, mas não significa dizer que não possamos extrapolar. O orçamento de 2014 foi R\$ 905 milhões, mas a gente vai emprestar mais de R\$ 1 bilhão, porque houve demanda e vamos extrapolar o previsto. O que se previu de início em 2014 de R\$ 905 milhões se mostrou pouco, aí nós pedimos suplemento de investimento porque tínhamos investimentos do ano passado que não dispunham de recursos suficientes e outros estados não conseguiram aplicar o que receberam, daí trouxe destes para cá.

## COMO O RIO GRANDE DO NORTE SE POSICIONA NO RANKING DE FINANCIAMENTOS DO BANCO?

Bahia, Pernambuco e Ceará vão sempre estar na frente em função da demanda econômica deles e representatividade do PIB deles na região do Nordeste e ainda o Maranhão. Tirando os quatro, o Rio Grande do Norte tem brigado pelo quinto lugar com o Piauí, que tem um cerrado muito forte e vários investimentos estão sendo feitos no cerrado piauiense.

## PELO CRESCENTE AUMENTO DE FINANCIAMENTOS, PODE-SE SE DIZER QUE O ESTADO ESTÁ ATRAINDO INVESTIMENTOS?

Quando chega uma planta cimenteira, o investimento é alto mesmo com problemas na indústrias. Estão chegando ao estado duas plantas grandes que é a Elizabeth e a Pamesa, duas plantas enormes mesmo convivendo como essa crise no estado e sem apresentar incentivos. Estamos com crise séria no setor de petróleo que tem tirado muitos investimentos do oeste, mas a região tem se sobressaído muito bem mudando a monoatividade buscando força na atividade comercial e de cimento e de cal que tem mudado a face de muitos municípios como Baraúna que depois que chegou o grupo Mar Cimento tem conseguido levar pra lá muita coisa boa, as eólicas continuam crescendo e, se não estão vindo novas plantas industriais e lojas de comércio, a infraestrutura eólica, termoeletrica e cimentos tem aumentado a economia do estado.

## NESSO CONTEXTO, QUAL O PAPEL DO BNB?

Somos o banco que mais financia linhas de longo prazo no estado. O FNE e o FNDES representa mais de 60% de todos os financiamentos de longo prazo do estado, sem a habitação, falo do setor produtivo.

## E COMO O BANCO AVALIA AS PROSPEÇÕES DO PROGRAMA MAIS RN?

Vai ser de grande insumo para nossos planejamentos anuais já que é um programa de vinte anos. O banco trabalha em consonância com as políticas federais e estaduais. Esperamos que o novo governante absorva bem o MAIS RN. Eu não vejo outro instrumento de atração de investimentos como o Mais RN. Nós financiamos o desenvolvimento e seremos usuários deste projeto.

Comercial Ferro e Aço

O COMERCIAL FERRO E AÇO  
APOIA O DESENVOLVIMENTO DO  
RIO GRANDE DO NORTE.



www.maisrn.org.br

# Estado retrancado

FALTA DE AGILIDADE NO LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS CONTINUA SENDO MAIOR BARREIRA À ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NO RN

**UM DOS MAIORES** gargalos para atração de investimentos no estado é constatado pelos estudos do Programa MAIS RN, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, através da empresa de Consultoria Macroplan, como sendo a burocratização dos processos de licenciamento. Em diversos aspectos analisados, segundo a projeção do estudo, o desenvolvimento econômico esbarra neste problema, por isso, a orientação é equacionar da questão fiscal e de licenciamentos e criar fóruns sobre licenciamento ambiental.

A projeção do ambiente de negócios leva em consideração a evolução recente do estado e os efeitos globais do MAIS RN, tomando como referência os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Um ambiente de negócios pouco atraente e com muitas barreiras burocráticas ou regulatórias desestimula investidores.

Pelo que foi diagnosticado no MAIS RN, a estratégia para resolver essa questão é investir na formação e aproveitamento dos ativos de infraestrutura e capital humano em energia, transporte e logística, recursos hídricos, comunicação, educação, qualidade institucional pública e privada.

É assim que se conseguirá melhorar o ambiente de negócios partindo da nota geral e atual de 29,7 para 58,5 em 20 anos aprimorando e agilizando o processo de licenciamento ambiental no estado. O estudo do MAIS RN constatou que os empresários de diversos setores já reclamam: os licenciamentos e renovação de licenças ocorrem em ritmo lento e com excessivas exigências burocráticas, atrasando investimentos produtivos.

Na verdade, os aspectos mais críticos do ambiente de negócios do Rio Grande do Norte, segundo o referido estudo, são a incerteza e insegurança jurídicas, a grande lentidão burocrática e a motivação ideológica dos órgãos de regulação, particularmente no que se refere às licenças ambientais. Esse é um sentimento dominante entre os empresários e investidores, com destaque para empresários de algumas atividades econômicas que são impedidos de investir e ampliar os negócios por restrições do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente (Idema) e, principalmente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

De acordo com a maioria dos empresários entrevistados pela empresa Macroplan, os órgãos de regulação do Estado, principalmente na área ambiental, criam um ambiente desfavorável aos investimentos e ao empresariado, além de serem muito lentos e burocráticos, atrasando a análise e a liberação de licenças para os projetos em quase todos os setores, especialmente o mineral, mas também o de turismo. A falta de instrumentos de gestão ambiental, como um zoneamento ecológico-econômico dificulta o licenciamento e a regularização de atividades em setores como o da salinicultura e da carcinicultura, por exemplo. A ampliação do porto de Areia Branca e o crescimento da demanda interna levam ao aumento da produção, mas também sofre com a morosidade nos processos de licenciamento.



▶ Reduzir a burocracia na questão dos licenciamentos é essencial para que economia potiguar consiga evoluir

## BARREIRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção civil é o que mais sofre com a demora nos processos de licenciamento ambiental. A média de tempo para iniciar a construção de empreendimentos de médio porte dura, no mínimo, 1 ano. Significa que, por um ano, os empresários ficam com o investimento paralisado até que a licença seja concedida pelos órgãos fiscalizadores e regulatórios.

De acordo com a vice-presidente do Sinduscon/RN (Sindicato da Construção Civil), Larissa Dantas, o licenciamento de qualquer empreendimento para construção no estado precisa antes do licenciamento do Corpo de Bombeiros. A partir daí é que segue para os órgãos ambientais de nível municipal ou estadual, dependendo de cada caso.

No Corpo de Bombeiros, diz, já houve um avanço de que, com o protocolo de entrada do pedido de licenciamento já se possa dar entrada ao pedido no órgão municipal (SEMUR- Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo). “No Corpo de Bombeiros a demora é de cerca de 6 meses, mas devido a estrutura do órgão, se houver outras demandas, como período de carnaval, grandes eventos, a demora é maior e aí vai ter o feito cascata nos outros órgãos”, explica Larissa.

Em Natal os lançamentos de novos empreendimentos para-



▶ Larissa Dantas, do Sinduscon, aponta que demora causa prejuízos

ram há três meses, quando o Sinduscon passou a registrar queda de 80% nos lançamentos. Com isso, é possível que os órgãos fiscalizadores estejam com uma demanda menor. E a demora nos licenciamentos chega ao bolso do consumidor. Levantamento realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) há alguns meses, apontou que o excesso de burocracia aumenta em 12%, em média, o preço da casa própria.

Além disso, eleva em 40% o tempo de construção do empreendimento. “Existe um descompasso entre a celeridade dos licenciamentos e questões ambientais

que complicam com a indefinição sobre a competência de cada órgão”, relata Larissa Dantas.

Uma de suas experiências enquanto empresária do setor foi devido ao transporte de resíduos de uma obra de Natal para São Gonçalo, dois anos. “Eu tinha o caminhão e o motorista para fazer esse transporte e podia transportar sozinha, mas tive que pagar uma transportadora já licenciada porque o meu processo de licença demorou um ano e durante este ano eu gastei com essa transportadora mesmo tendo caminhão e motorista”, conta. Um empreendimento de porte médio (8000m<sup>2</sup>), demora cerca de 1 ano para ser licenciado. “Investir num estado onde isso aconte-

ce onde demora tanto para investir, ficar com a obra parada esperando sair alvará, licença de funcionamento faz o setor produtivo se cansar com tanta dificuldade”, atesta.

O Mais RN prevê que o valor movimentado pela construção civil pode ser ampliado para R\$ 7 bilhões/ano e que a realização de grandes obras estruturantes, investimentos produtivos e o aumento da renda demais investimentos dinamizam o setor no estado, mas antes, os órgãos licenciadores devem ser modernizados.

As perspectivas para um cenário promissor na economia local são boas e começam pela concretização de obras estruturantes e investimentos públicos que já começaram ou que devem iniciar nos próximos anos. Para isso, a simplificação e desburocratização dos processos de licenciamento, sem descuidar da conservação dos recursos ambientais devem ser concretizar.

De acordo com o coordenador do MAIS RN, Marcos Forniga, essa mudança cria um sentimento de segurança jurídica em que se viabilizam investimentos sem arrasto e sustentáveis, diferente do que ocorre hoje. “Não pode ser como ocorre hoje, quando temos investimentos que estão represados por falta ou dificuldade nos licenciamentos”, alerta.

## TRIPÉ PARA AGILIZAR

A celeridade do licenciamento depende de um tripé: regras claras, burocracia eficiente e qualificação empresarial para o tema ambiental. No melhor cenário para investidores, os órgãos ambientais adotam uma postura menos burocrática, com processos mais ágeis e eficientes e regulação clara e objetiva, criando um ambiente de segurança jurídica em que se viabilizam investimentos sem arrasto. A análise e o licenciamento de projetos passam a ser feitas on-line em grande parte, com muito maior transparência, o que acelera as liberações e reduz o volume de documentação necessária para projetos mais complexos. A morosidade nos processos de licenciamento e renovação de licenças por parte dos órgãos ambientais estaduais e a pouca clareza das diversas regulações ambientais, muitas vezes conflitantes entre as esferas federal e estadual, criam um ambiente de insegurança jurídica e retração de investimentos, que migram rapidamente para os Estados vizinhos.

O MAIS RN sugere o aperfeiçoamento também da legislação para que ganhe maior clareza, além da unificação do processo de licenciamento e de fiscalização ambiental, havendo um órgão em todo o Estado, além da informatização completa dos processos de licenciamento é outra proposta.

Além dos órgãos fiscalizadores, também é necessário promover capacitação e conscientização dos empresários sobre o licenciamento ambiental, disponibilizando publicamente e de forma clara as informações relevantes.

# Sob promessa de melhora

IDEMA AFIRMA QUE NOVO SISTEMA DE LICENCIAMENTO ESTARÁ FUNCIONANDO A PARTIR DE 2015, PONDO FIM À BUROCRACIA QUE IMPEDE INVESTIMENTOS

**DURANTE OS PRÓXIMOS** três anos, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, deverá informatizar os processos de todos os empreendimentos, independente do porte por meio de um novo sistema de licenciamento ambiental eletrônico, o “Sisla”. A ideia é atender às expectativas dos empreendedores visando dar agilidade.

A princípio, o sistema estará voltado somente para os pequenos empreendimentos. A nova ferramenta irá permitir a análise de pedidos de licença ambiental que se enquadrem nos parâmetros da licença simplificada. “Estamos com alguns processos já inseridos nesse sistema, funcionando em caráter experimental. A partir de 2015 todos os processos de empreendimentos de pequeno porte e baixo potencial poluidor estarão inseridos”, explica o diretor geral do Idema, Jamir Fernandes. Por meio do sistema, será possível desburocratizar algumas etapas do processo de licenciamento ambiental que demandavam mais tempo ao trâmite processual, como por exemplo, a digitalização de documentos.

O Sisla configura-se como a ferramenta eletrônica que irá viabilizar o procedimento do licenciamento ambiental por meio virtual, já que atualmente é feito manualmente, demandando mais tempo e mão de obra. A partir dele, o processo que tramita fisicamente pas-



▶ Com o novo sistema, a partir de 2015, grandes empreendimentos também serão beneficiados

sa a tramitar de forma digital, através da juntada de documentos digitais e informações prestadas via sistema pelo empreendedor.

Mesmo transferido para o meio virtual, nenhuma etapa do licenciamento ambiental deixa de ser cumprida. Todos os aspectos legais para a emissão da licença continuam sendo respeitados, passando pela vistoria e pela análise dos técnicos.

Segundo o diretor geral do IDEMA, Jamir Fernandes, o mo-

delo adotado para o licenciamento eletrônico teve como inspiração o sistema utilizado pela empresa responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos do Estado de São Paulo, a SABESP.

O sistema dará maior agilidade e eficiência ao Idema, mas também proporcionará economia de recursos, economizando alguns gastos demandados pelo modelo de licenciamento atual com a im-

plantação do licenciamento eletrônico. A vistoria do empreendimento poderá ser feita de forma virtual, com o auxílio de outras ferramentas do Idema, sem perdas da garantia de segurança ambiental, economizando em diárias e combustíveis que seriam gastos no deslocamento dos técnicos aos meios físicos. Papéis e energia, também deixam de demandar gastos, uma vez que será minimizado o uso de impressoras e scanners.

Já no início do próximo ano, o pequeno empreendedor poderá dar entrada em seu pedido de licenciamento ambiental por meio da internet ou em qualquer Escritório Regional Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O sistema poderá ainda ser estendido aos municípios que possuem suas secretarias de meio ambiente, a quem cabe realizar tais procedimentos em nível municipal.

Para os empreendimentos de médio e grande porte, assim como de médio e grande potencial poluidor, o sistema só começará a atendê-los em 2016 e 2017, respectivamente, quando, enfim, o Sisla atenderá em sua plenitude à demanda de empreendimentos no estado.

“O Software está pronto funcionando em caráter experimental e a vai atender dependendo do enquadramento do porte do empreendimento”, explica Jalmir Fernandes. As vantagens para o empreendedor diz, além da agilidade na liberação da licença, é que não será necessários comparecer ao órgão já que tudo poderá ser digitalizado. “Ele faz o upload e envia para o Idema. É tudo virtual. A única fase física é a conclusão da licença que ele recebe por email e ele mesmo imprime”, diz o diretor. O sistema foi gerado em parceria com o Sebrae, por isso aqueles que tiverem dificuldade em utilizá-lo poderão buscar os escritórios da instituição em busca de ajuda.



▶ Arnaldo Gaspar, do Sinduscon, espera implantação para ver melhora

## EFEITO CASCATA

Apesar de apenas os pequenos empreendimentos serem beneficiados neste primeiro ano, o efeito também será sentido nos processos de empreendimentos maiores. “Agilizando os pequenos processos podemos agregar tempo para os grandes projetos, que ganharão mais agilidade maior já que os técnicos terão mais disponibilidade para analisar os de grande complexidade que carecem de estudos mais aprofundados e minuciosos”, diz Jamir Fernandes.

Os pequenos empreendimentos correspondem a quase metade dos processos que tramitam no IDEMA. São as chamadas solicitações para licença simplificada, licença de regularização de operação, autorização especial, renovação de licença simplificada e dispensa de licença. O projeto irá beneficiar cerca de 100 mil pequenas empresas que faturam menos de R\$ 3,6 milhões. Muitas delas perdem ou atrasam suas possibilidades de serem financiadas, porque não possuem o licenciamento que é exigido pelas instituições financeiras para liberar os recursos.

Para o presidente do Sindicato da Construção Civil (Sinduscon) Arnaldo Gaspar Júnior, o processo eletrônico do Idema deverá ajudar a agilizar os processos, já que será mais fácil acessar, acompanhar o andamento e facilitar a comunicação com o órgão. “O quanto vai melhorar só saberemos quando isso for implantado”, destaca.

## LIBERAÇÃO EM 15 DIAS

A média de liberação das licenças do Idema é de 120 dias, segundo o diretor do órgão, contudo, há processos que demoram até dois anos. A expectativa com o sistema virtual é que esse tempo seja reduzido a 30 dias os maiores e os de pequeno porte em até 15 dias. “Isso baixa a nossa média geral para 45 dias”, diz.

Em São Paulo, de onde o Idema inspirou a ideia, o sistema semelhante licencia com uma média de tempo de 15 dias, contudo, lá é tratado apenas o setor industrial, enquanto que no Rio Grande do Norte será para todos os setores. O Idema não faz prognóstico de que a implantação do Sisla irá atrair mais empreendimentos para o estado. “Não temos prognóstico sobre atração de novos investimentos, mas para o Idema sabemos não precisaremos publicar no Diário Oficial do Estado a solicitação de licença e nem precisará pagar a consultoria ambiental para ajudar nos processos licenciatórios”, diz. Uma consultoria pode custar até R\$ 3 mil.

O empresário também não terá a dificuldade de tratar o processo pelo fato de o Idema ter apenas duas sedes, já que não precisará se dirigir ao órgão. A implantação do Sisla foi anunciada no ano passado, mas ainda está em fase experimental. De acordo com Jamir Fernandes isso se deve porque a atual estrutura



em que o Idema está instalado não comporta o sistema, fato que muda agora com a mudança de sede.

O Idema está transferindo sua sede para novo endereço, próximo ao Parque das Dunas, vizinho à sede do Ibama. “Lá será possível fazer o Sisla funcionar sem problemas”, diz. Posteriormente, a convocação de novos servidores através de concurso público também deverá contribuir. Fernandes diz que o Idema já precisa de mais servidores. “O processo de concurso para novos técnicos já está em andamento, mas depende da autorização do governo e temos a esperança de que ainda esse ano seja aprovado essa solicitação seja atendida para que se realize concurso no próximo”.

**“ A PARTIR DE 2015 TODOS OS PROCESSOS DE EMPREENDIMENTOS DE PEQUENO PORTE E BAIXO POTENCIAL POLUIDOR ESTARÃO INSERIDOS ”**

**Jamir Fernandes**  
Diretor geral do Idema

### MAIS RN

**Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Promoção de Investimentos do Rio Grande do Norte 2015-2035**

**Tempo de realização**  
Julho 2013/julho 2014 (primeira etapa)

**Valor investido**  
**R\$ 2 milhões 545 mil**

**Realização**  
▶ Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – Fienr  
▶ Governo do Estado (Secretaria de Desenvolvimento Econômico)

**Financiadores**  
▶ Armil Mineração do Nordeste Ltda  
▶ Coats Corrente Têxtil Ltda  
▶ Comercial Ferro e Aço Ltda  
▶ Cosern – Companhia Energética do RN  
▶ Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda  
▶ Guararapes Têxtil S/A  
▶ Inframérica  
▶ Maré Cimentos (MIZU) Cimentos Especiais  
▶ Serveng Civilsan S/A  
▶ Ster Bom Ind. e Com. Ltda  
▶ Três Corações Alimentos S/A  
▶ Voltália Energia do Brasil Ltda  
▶ Ecohouse Brasil  
▶ Sebrae RN  
▶ Fecomércio RN  
▶ FAERN  
▶ Fetronor

**Apoio Técnico**  
Macroplan – prospectiva, estratégia e gestão

**Como acessar**  
[www.maisrn.org.br](http://www.maisrn.org.br)

FONTE: MAIS RN



[www.mizu.com.br](http://www.mizu.com.br)

**A MIZU CIMENTOS ESPECIAIS  
APOIA O DESENVOLVIMENTO DO  
RIO GRANDE DO NORTE.**



[www.maisrn.org.br](http://www.maisrn.org.br)